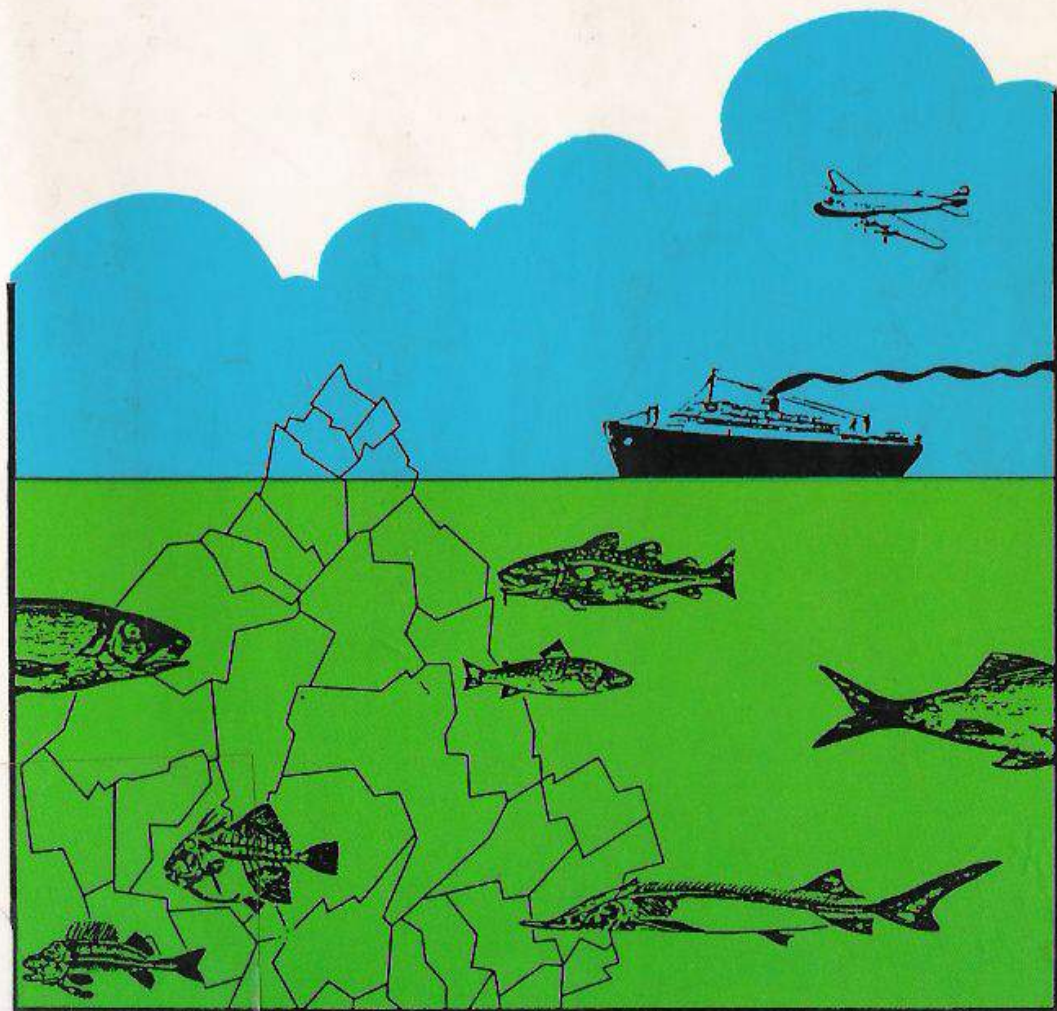


O QUE É

POSITIVISMO

João Ribeiro



João Ribeiro Júnior

O QUE É POSITIVISMO

Editora brasiliense

SUMÁRIO

Notícia bibliográfica	7
Pensamento liberal e positivismo	11
Os fundamentos do positivismo	17
A religião da humanidade	28
Do positivismo ao evolucionismo social.....	42
O positivismo no Brasil.....	55
Indicações para. Leitura	76

NOTÍCIA BIOBIBLIOGRÁFICA

Antes de dar uma visão de conjunto dos aspectos fundamentais do pensamento positivista, apresento, rapidamente esboçada, a biobibliografia do fundador do positivismo, Isidore-Auguste-Marie-Xavier Comte, para melhor se compreender a revolução que ele presumia fazer.

Filho de uma família pequeno-burguesa, católica e monarquista, nasceu Augusto Comte em Montpellier em 19 de janeiro de 1798, e faleceu a 5 de setembro de 1857, em Paris. Estudou no Liceu de sua cidade natal e na Escola Politécnica de Paris, onde foi admitido antes da idade legal, sendo mais tarde expulso com alguns companheiros de curso por suas idéias ultrademocráticas. A ela voltará como examinador de admissão.

Freqüenta alguns cursos da Faculdade de Medicina, e torna-se amigo e secretário do socialista Saint-Simon, que exerce grande influência sobre sua formação intelectual. Após seis anos de convívio, afasta-se bruscamente do mestre.

Em 1825, vivendo de lições particulares de matemática, casa-se com Caroline Massin, da qual irá separar-se dezessete anos depois. Em 1845, conhece Clotilde de Vaux, sua musa inspiradora, que morreria no ano seguinte, e com quem manteve um intenso relacionamento amoroso, embora platônico.

Ocorre, nessa época, seu rompimento com o filósofo Stuart Mill, que o auxiliava financeiramente. Passa, então, a ser mantido por uma subscrição periódica, graças à intervenção de seu discípulo Littré.

É a partir da morte de Clotilde que Comte atribui-se um papel messiânico: supunha realizar uma missão de regeneração da humanidade. Comte dizia que foi Clotilde quem lhe deu forças para iniciar e acabar a segunda parte de sua obra e lhe fez ver a importância social dos sentimentos sobre a teoria e a práxis.

Em 1847, é proclamada a religião da humanidade.

As obras capitais, em que Comte desenvolve larga e metodicamente o seu pensamento, são Curso de Filosofia Positiva, em seis volumes (1830-1 1842), Discurso preliminar sobre o espírito positivo (1844) e Sistema de política positiva ou tratado de (p. 9) sociologia instituindo a religião da humanidade, em quatro volumes (1851-1854).

Enquanto nas duas primeiras obras Comte estabelece a coordenação científica de sua filosofia, com o objetivo de "descobrir e demonstrar as leis do progresso", no Sistema ele desenvolve e tira as consequências das leis sociais estabelecidas no Curso e no Discurso, e erige o sistema político-religioso destinado a reformar a sociedade. .

O conjunto de suas concepções filosóficas é produto direto de sua época. Augusto Comte procurou acabar com as eternas investigações sobre o incognoscível, e, voltando-se para o mundo real) criou nele seu vasto campo de estudo e de observação para restabelecer e realizar um programa universal, que regulamentasse e regenerasse a vida humana, tanto privada como pública.

Influenciado pelo progresso contínuo das ciências, Comte concebeu para a filosofia um novo papel, ao mesmo tempo que um novo objeto, a par de uma ampla crítica do conhecimento, diversa das concepções dominantes até ele, quer fosse o ontologismo de

Aristóteles, ou dos pensadores medievais, ou o racionalismo dos modernos, de todos os sistemas, enfim, que davam como possível o conhecimento do absoluto pela razão humana. Doutrinava, assim, que o que é possível conhecer são unicamente os fenômenos e as suas relações, não a sua essência, as suas causas íntimas, quer eficientes quer finais. Estas permanecem impenetráveis, desconhecidas, pois é impossível alcançar-se noções absolutas. Toda sua obra é, portanto, uma síntese geral dos conhecimentos de seu tempo, cujo programa fundamental era unificar as duas culturas - a humanística e a científica - num novo humanismo, fundado na ciência; uma ciência capaz de redescobrir e reavaliar a exigência humana, conferindo-lhe um significado de valor universal.

Humanidade, ciência, síntese e fé constituem a essência do pensamento comtiano. Daí a força atrativa do positivismo que ainda perdura como concepção filosófica, especialmente no que respeita à crítica do conhecimento.

PENSAMENTO LIBERAL E POSITIVISMO

O século XIX marca não só o triunfo do liberalismo europeu, ligado ao direito natural, que considera a natureza humana como base da própria lei natural, cuja única realidade é a liberdade do homem; marca também o triunfo do cientificismo, que reconhece uma só natureza material, que engloba e explica o mundo dos valores e o mundo dos fatos.

O liberalismo afirmava que o desenvolvimento moral, cultural, econômico e político da sociedade só seria alcançado pelo livre desenvolvimento do espírito e das faculdades do indivíduo.

Assim, o valor da personalidade era considerado anterior a todas as condições históricas, políticas, sociais e culturais, impondo a priori o imperativo categórico do respeito à liberdade e à igualdade inata nos indivíduos. (p.12)

Essa filosofia, fundada na crença da personalidade soberana e ilimitada do indivíduo, precedendo o Estado, era um credo revolucionário que não tolerava nenhum acordo quando um direito fundamental fosse transgredido. Sua teoria era institucional.

Contudo, o liberalismo começou a sofrer transformação, nUma tentativa de conciliar sua estrutura racional apriorística com o empirismo, que ensinava que todo o conhecimento se reduz aos dados da experiência sensível, e com o materialismo, segundo o qual a matéria e suas leis são tudo o que existe ou a explicação de tudo, no encontro de fundamentos da filosofia científica que se esboçava.

A pouco e pouco, a tendência da ciência e do pensamento político-social centra-se no empirismo e reduz a autoridade do racionalismo, que sustentava a primazia da razão, da capacidade de pensar, em relação ao sentimento e à vontade.

É pois na contestação ao racionalismo abstrato dos adeptos do liberalismo que surgem os defensores do cientificismo, seduzidos pelo progresso contínuo, propondo que os fatos só são conhecidos pela experiência e que a única válida é a dos sentidos. A partir daí, verifica-se uma reconciliação da natureza e da história, e o romantismo filosófico tenta encontrar um equilíbrio em sua postura perante a ciência, disciplinando os estados de espírito existentes na época em uma severidade crítica, para as- (P. 13) sentar um sistema de noções sobre o homem e sobre as sociedades. E, assim, recriar os fundamentos de um empirismo experimentalista no estilo de Bacon e Galileu, aceitando o ceticismo deste, apenas para as realidades metafísicas e teológicas.

Passa então o positivismo a dominar o pensamento típico do século XIX, como método e como doutrina. Como método, embasado na certeza rigorosa dos fatos de experiência como fundamento da construção teórica; como doutrina, apresentando-se como revelação da própria ciência, ou seja, não apenas regra por meio da qual a ciência chega a descobrir e prever (isto é, saber para prever e agir), mas conteúdo natural de ordem geral que ela mostra junto com os fatos particulares, como caráter universal da realidade, como significado geral da mecânica e da dinâmica do universo.

As instituições do Estado Liberal, como o sufrágio universal, o sistema de partidos políticos, a divisão dos poderes do Estado, as liberdades públicas, as garantias individuais, assim como o próprio conceito de democracia, passam a ser reavaliados criticamente, procurando-se dar-lhe novos conteúdos.

Em todos os domínios, cuidava-se de não procurar o porquê das coisas, de não indagar-lhes a essência. A palavra de ordem era desprezar a inacessível determinação das causas, dando preferência à procura das leis, isto é, das relações constantes (P.14) que existem entre os fenômenos. Substituíam o método a priori pelo método a posteriori. Em suma, observa-se por toda parte o mecanismo do mundo, ao invés de inventá-lo.

As leis naturais, assim descobertas, constituem a formulação geral de 'Um fato particular, rigorosa mente observado; e daí resulta que a ciência, seguindo Comte, não é mais do que a sistematização do bom senso, que acaba por nos convencer de que somos simples espectadores dos fenômenos exteriores, independentes de nós, e que não pode nos modificar a ação destes sobre nós, senão submetendo-nos às leis que os regem.

Assim, opondo-se à concepção do direito natural e do pacto social e às doutrinas teológicas Augusto Comte preconiza o emprego de novos métodos no exame científico dos problemas sociais substituindo as interpretações metafísicas e estabelecendo a autoridade e a ordem pública contra os abusos do individualismo da Escola Liberal.

As fontes mais diretas utilizadas por Augusto Comte para estabelecer as bases de sua filosofia foram as doutrinas sociais de Saint-Simon, combinadas com os trabalhos de ideólogos, notadamente de Cabanis e dos naturalistas Gall, Bichat e Broussais. O método de investigação para a determinação dos fatos e suas relações, ele foi buscar nos filósofos ingleses: Bacon, Hume e outros. Propondo que os fatos (P. 14) só são conhecidos pela experiência, e que a única válida é a dos sentidos, Comte prossegue a tradição sensualista que vinha desde Leucipo, Demócrito e Epicuro, passando por Locke e Condillac, modificada por Taine.

De modo que, para se reformar a sociedade faz-se mister antes de tudo descobrir as leis que regem os fatos sociais, cuidando-se de afastar as concepções abstratas e as especulações metafísicas, que são estéreis, segundo Comte.

É, pois, no desenvolvimento das ciências naturais que se encontra o caminho a seguir. Pela observação e pela experimentação se irá descobrir as soluções permanentes que ligam os fatos, cuja importância é básica na reforma econômica, política e social da sociedade.

O positivismo é, portanto, uma filosofia determinista que professa, de um lado, o experimentalismo sistemático e, de outro, considera anticientífico todo estudo das causas finais. Assim, admite que o espírito humano é capaz de atingir verdades positivas ou da ordem experimental, mas não resolve as questões metafísicas, não verificadas pela observação e pela experiência.

Como sistema filosófico, busca estabelecer a máxima unidade na explicação de todos os fenômenos universais, estudados sem preocupação alguma das noções metafísicas, consideradas inacessíveis,(P.16) e pelo emprego exclusivo do método empírico, ou da verificação experimental.

Dessa forma, não se pronuncia, ao menos em teoria, não só acerca de qualquer substância cuja existência não possa ser submetida à experiência, como também sobre as causas íntimas e as origens últimas das coisas, nem a respeito de sua finalidade. Donde se conclui que o método positivo não assinala à ciência mais do que o estudo dos fatos e suas relações, fatos esses somente percebidos pelos sentidos exteriores. Por isso, pode-se dizer que o positivismo é um dogmatismo físico e um ceticismo metafísico. É um dogmatismo físico, pois que afirma a objetividade do mundo físico; e é um ceticismo metafísico, porque não quer pronunciar-se acerca da existência da natureza dos objetivos metafísicos.

OS FUNDAMENTOS DO POSITIVISMO

Augusto Comte usa o termo filosofia na acepção geral que lhe davam os antigos filósofos, particularmente Aristóteles, como definição do sistema geral do conhecimento humano; e o termo *positiva* designa, segundo ele o real frente ao quimérico, o útil frente ao inútil, o certo frente ao incerto, o preciso frente ao vago, o relativo frente ao absoluto, o orgânico frente ao inorgânico, e o simpático frente à intolerância.

Seu método de trabalho é o histórico genético indutivo, ou seja, observação dos fatos, adivinhando-lhes por indução as leis da coexistência e da sucessão, e deduzindo dessas leis,

por via da consequência e correlação, fatos novos que escaparam da observação direta, mas que a experiência verificou. (P.18)

Este método é o método geral de raciocínio proveniente do concurso de todos os métodos particulares (dedução, indução, observação, experiência, nomenclatura, comparação, analogia, filiação histórica) que constitui, segundo Comte, o método objetivo. Mas, Comte usa também o que chama de *método subjetivo*, que resulta da combinação lógica dos sentimentos, das imagens e dos sinais.

Para fundamentar sua corrente filosófica antimetafísica, Augusto Comte, embasado nesse método, parte da premissa de que é no estado positivo que o espírito humano reconhece a impossibilidade de obter noções absolutas. Assim, renuncia a indagar a origem e o destino do universo e a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para se consagrar unicamente a descobrir, pelo uso combinado do raciocínio e da observação, as suas leis efetivas, isto é, as suas relações invariáveis de sucessão e de semelhança.

Destarte, como reação ao idealismo, a doutrina comtiana oferece uma parte geral e uma especial.

Na geral, ocorrem a teoria dos três estados mentais e a classificação hierárquica dos conhecimentos humanos.

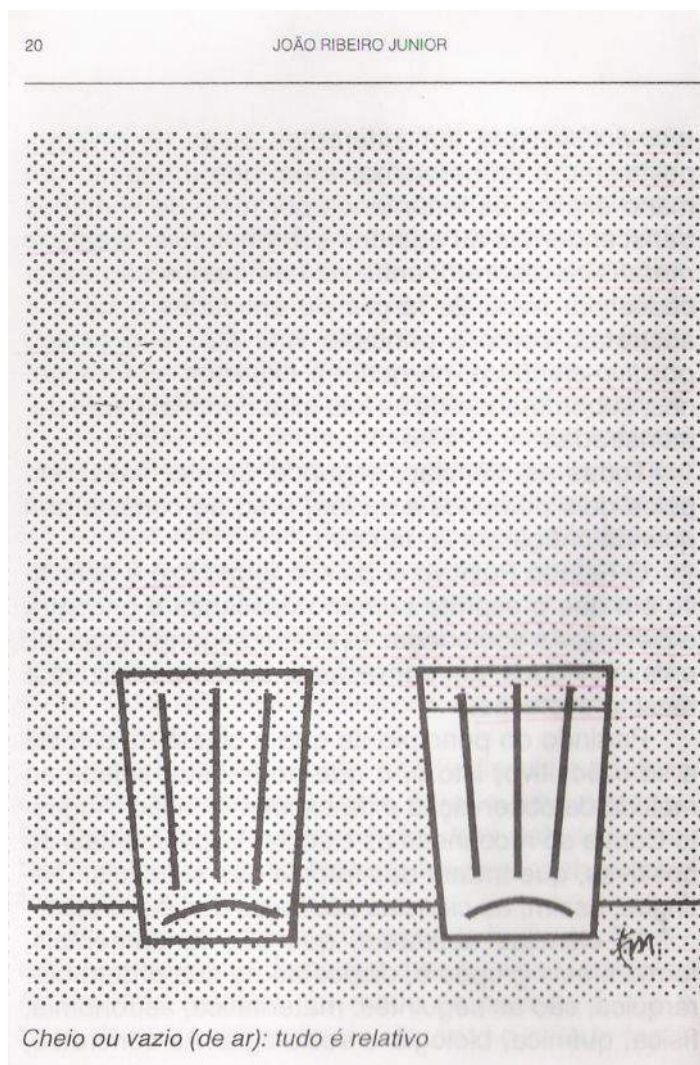
No desenvolvimento do espírito humano, Comte admite uma lei fundamental que recebe o nome de lei dos três estados, ou modo de pensar, que é a base de sua explicação da História: o estado teológico-fictício,(P. 19) que tem diferentes fases (fetichismo, politeísmo e monoteísmo) e em que o espírito humano explica os fenômenos por meio de vontades transcendentes ou agentes sobrenaturais; o estado metafísico-abstrato, onde os fenômenos são explicados por meio de forças ou entidades ocultas e abstratas, como o princípio vital etc.; e o estado positivo-científico, no qual se explicam os fenômenos, subordinando-os às leis experimentalmente demonstradas.

Todas as ciências, segundo Comte, passaram pelos dois primeiros estados, e só se constituíram quando chegaram ao terceiro.

O Estado Positivo é, pois, o termo fixo e definitivo em que o espírito humano descansa e encontra a ciência. As sociedades evoluem segundo essa lei, e os indivíduos, em outro plano, também realizam a mesma evolução.

Partindo do princípio de que o objeto da ciência é só o positivo, isto é, o que pode estar sujeito ao método da observação e da experimentação, Augusto Comte só reconhece as ciências experimentais ou positivas, que tratam dos fatos e das suas leis. Distingue, assim, as ciências abstratas das concretas.

As ciências abstratas, que são fundamentais, formam seis grupos e, dispostas na sua ordem hierárquica, são as seguintes: matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia. As concretas,



como a mineralogia, a botânica, a zoologia, segundo Comte, não estão ainda constituídas e, por isso, ele não as classifica.

A classificação das ciências abstratas baseia-se na ordem lógica e cronológica das ciências. Na ordem lógica, porquanto é próprio da inteligência passar do mais simples e abstrato para o mais completo e concreto, conforme a regra da síntese proposta por Descartes. Ora, nesta classificação, a primeira ciência, que é a matemática, é mais simples e abstrata que a segunda, a astronomia, e assim por diante na ordem cronológica, porque a primeira ciência que se constituiu, segundo Comte, foi matemática, depois a astronomia, em seguida a física, a química, a biologia e, por último, a sociologia. Mais tarde, Comte acrescentará a moral para coroar essa classificação.

Para esta classificação, Comte teve seus reais ascendentes históricos em Condorcet, que traçara o quadro do progresso do espírito humano, e em Turgot, que entrevira a lei dos três estados.

Na parte especial, a doutrina positivista pode ser considerada sob quatro aspectos. Aspecto psicológico: para Comte, a psicologia faz parte da biologia.

Posteriormente, Comte destacará a psicologia da biologia, denominando-a moral teórica. Assim, renovando a teoria de Gall e Bichat, segundo as explicações científicas de Broussais, ele reputa a alma (espírito) (P. 22) como um conjunto de funções cerebrais. Aspecto ontológico: Comte nega as causas eficientes e finais, o infinito e o absoluto, para reconhecer apenas o relativo, o sensível, o fenomenal, o útil. "Tudo é relativo, e isso é a única coisa absoluta" é o axioma fundamental do positivismo. Reduz, assim, toda causalidade a meras relações de simultaneidade e sucessão. E os aspectos sociológico e religioso, que partem desde a divisão dos poderes sociais em material, intelectual e moral, exercidos por uma elite, isto é, os dirigentes. (O Positivismo não aceita as classes com o significado geralmente empregado na atualidade. Aceita sim, que em toda a sociedade, desde a mais primitiva, há dirigentes e dirigidos. Os dirigentes devem sempre ser os mais capazes, isto é, aqueles que influem na educação e na cultura da espécie humana: são os sacerdotes, os filósofos, os cientistas, os jornalistas, os professores etc., ou melhor, os teóricos que modificam o pensamento dos indivíduos através de sua pregação e de sua conduta moral.) Embasado na concepção biológica da sociologia, Augusto Comte entende a sociedade como um organismo cujas partes constitutivas são heterogêneas, mas solidárias, pois se orientam para a conservação do conjunto. Assim, à semelhança do organismo, encontra-se nela uma divisão das funções especiais, onde se nota a presença da espontaneidade, da necessidade, da imanência e da subordinação de todas as suas partes a um poder central e superior. (P.23)

Segundo Comte, a sociedade possui um ritmo evolutivo incompatível com a revolução violenta. Deste modo, concebe-a sempre em termos harmônicos. Para ele, a sociedade reflete os diversos estados da vida de um homem; dessa forma, uma vez que os organismos não podem mudar bruscamente, senão através de uma evolução paulatina, também a sociedade está sujeita a esta norma de evolução.

Partindo da idéia de que a natureza humana evolui segundo as leis históricas, embora em si mesma não ocorra nenhuma transformação, isto é, existe uma base perene no homem frente ao elemento cambiante da sociedade, Comte divide o estudo da estrutura social em dois campos principais: o estudo da ordem social, que ele denomina de estática social, e o estudo da evolução da sociedade, que recebe o nome de dinâmica social. Enquanto a estática estuda o

consenso (solidariedade) ou o organismo social em suas relações com as condições de existência, traçando a teoria da ordem, a dinâmica parte do conjunto para as particularidades, e determina o progresso geral da humanidade.

Comte olha para o progresso social como condicionado pelos concomitantes biológicos dos indivíduos, de tal forma que nenhuma estrutura social é possível sem que esteja previamente determinada nos fatores biológicos, aliás irreduzíveis como o são todas as categorias de fenômenos na concepção comtiana. (P.24)

O progresso da sociedade é caracterizado, assim, pela incessante especialização das funções, como todo o desenvolvimento orgânico, para maior aperfeiçoamento na evolução dos órgãos particulares.

Desta forma, excluindo toda intervenção apriorística de noções abstratas e idéias universais, que caracterizavam as ciências sociais da época, o positivismo, "como regime definitivo da razão humana frente à ação dissolvente da metafísica" surgiu do progressismo, baseado no desenvolvimento científico que dominou todo o século XIX, como o objetivo de aproveitar as virtudes do progresso, ou da evolução progressiva, pela compreensão racional e científica do problema da ordem, determinando os elementos fundamentais de toda a sociedade humana.

E, nesta inovação, aplica o método indutivo das ciências naturais às ciências sociais para repudiar o romantismo do liberalismo laissez-faire, em favor do planejamento social. Como doutrina e método, o positivismo passa a enfrentar a sociedade individualista e liberal, através da ordem e do progresso, que Comte considerava fonte principal de todo sistema político.

É nesta linha de raciocínio que Augusto Comte, partindo da noção de solidariedade que, em sua opinião, impera na sociedade, apresenta uma política de paz e amor, substituindo a idéia sobrenatural do Direito pela idéia natural do Dever. 9p. 25)

A política positiva não reconhece nenhum direito além do de cumprir o dever, e, assim, nega categoricamente a própria existência do direito como tal.

O termo ciência política, usado por Saint-Simon, praticamente tem o mesmo significado que Comte deu à sociologia. Aliás, ele emprega como expressões equivalentes "política positiva", "filosofia social", "teoria da evolução social", "ciência social", "física social", "sociologia". Para Comte, sociologia é a ciência abstrata que estuda os fenômenos dos agrupamentos sociais. A ciência política é a aplicação prática da sociologia, estudando casos particulares, tendo porém sempre em mira o ponto de vista moral. A política é a arte de bem aplicar os conhecimentos abstratos da sociologia (saber para prever, a fim de prover).

Seja como for, ciência política, para Comte, é a que diz respeito à história do Estado e/ou à teoria e prática de sua organização.

Segundo Comte, a noção de direito deveria desaparecer do domínio político, como a noção de causa do domínio filosófico, porque ambas se referem a vontades indiscutíveis. Ele entende que o positivismo não admite senão deveres de todos para com todos; pois que seu ponto de vista, sempre social, não pode comportar nenhuma noção de direito, constantemente fundada na individualidade. 9p. 26)

O homem como individualidade não existe portanto, na sociedade científica, senão como membro de outros grupos, desde o familiar - unidade básica por excelência - até o político.

Também aí não há lugar para a liberdade de consciência. A consciência, para Comte, não determina sozinha o modo de existência prática, como não bastam as condições materiais da vida para definir a consciência.

E a própria soberania popular é um termo vazio de sentido em sua política positiva, onde a ditadura se exercita num despotismo espiritual e temporal, pois adota o princípio da força como fundamento do governo.

Mas, o que realmente caracteriza a política de Augusto Comte é a sua preocupação de se orientar pela moral, que nasce da fraternidade universal. Assim, em última instância, o que decide se uma resolução e/ou decisão deve ser tomada para o bem público é saber se ela está de acordo com essa moral.

A moral comtiana se funda no império do instinto, que nos inclina para os outros, e que se chama altruísmo (termo criado por Comte).

O homem tem instintos egoístas e altruístas. Se os primeiros são necessários, não o são menos os segundos, porquanto a humanidade só pode viver em sociedade, e esta só progride, de acordo com Comte, pelo sacrifício e pela dedicação; de modo que a lei da existência da humanidade, para ele, é, uma lei que se resume na fórmula "Viver para outrem". Por isso a moralidade consiste na preponderância dos instintos altruístas sobre os egoístas; preponderância que resulta fatalmente da educação e da ciência.

Os positivistas Littré, Spencer e Stuart Mill aceitam essa moral, mas diferem quanto ao modo por que explicam a formação do altruísmo. A escola positivista francesa se baseia na fisiologia para descobrir, em nosso organismo, a origem e a lei da evolução do altruísmo; a inglesa funda-se na psicologia e no darwinismo, procurando demonstrar a evolução psicológica dos nossos sentimentos, de egoístas em altruístas, sob influência do meio social.

Para ambas, porém, a moral é relativa e variável, pois relativas e variáveis são as tendências e as evoluções do organismo.

A RELIGIÃO DA HUMANIDADE

No desenvolvimento de sua doutrina, Comte se volta para o estudo da humanidade como o Grande Ser (Ie Grand Être) que abrange a totalidade histórica, para apreender seu valor concreto.

O Grande Ser é "o motor imediato de cada existência individual ou coletiva", que inspira a fórmula máxima do positivismo: "O Amor por princípios, e a Ordem por base; o Progresso por fim".

Esclarece Miguel Lemos que essa fórmula era redigida de maneira diversa (e ainda hoje citada erroneamente): "O Amor por princípio, a Ordem por base e o Progresso por fim". Comte modificou a redação, ligando o segundo membro ao primeiro pela conjunção, e separando o terceiro por ponto e vírgula.

A fim de melhor guiar a vida real, esta fórmula universal do positivismo se decompõe em duas divisas usuais (p. 29) - uma moral e estética: "Viver para outrem", ou seja, ubordinar o indivíduo à família, esta à pátria e a pátria à humanidade; e outra política e científica: "Ordem e Progresso", isto é, organização, cada coisa em seu devido lugar para perfeita orientação ética da vida social.

Na dialética positivista, o amor procura a ordem e a impele para o progresso; a ordem consolida o amor e dirige o progresso; o progresso desenvolve a ordem e reconduz o amor. Desta inspiração altruísta criou Augusto Comte sua religião, puramente natural, racional, científica e exclusivamente humana, que não admite mistérios, revelação, vontade sobrenatural e que não aceita nenhuma crença, cuja exatidão a sua razão não lhe tenha podido demonstrar.

A religião positivista, portanto, baseando-se no conhecimento do mundo, pretende concorrer para o aperfeiçoamento moral, intelectual e prático da humanidade. Humanidade que se compõe dos mortos, que adquiriram a vida subjetiva; dos vivos, que se esforçam por adquiri-la; e dos não-nascidos, que se supõe devam adquiri-la. É assim, integrada por um tríptico - o passado, o presente e o futuro - e constituída de uma trindade - a humanidade que trabalhou, que trabalha e que trabalhará.

A humanidade - o Grande Ser -, para Augusto Comte, é muito mais do que uma simples abstração, (p. 30) de forma vazia e inerte, é uma realidade, pois representa a comunhão de todos os homens em uma contínua solidariedade no tempo e no espaço.

A solidariedade com a continuidade é a condição fundamental da existência e do desenvolvimento da humanidade. É, pois, na humanidade que o homem irá satisfazer sua necessidade real de um Deus, e seu desejo de imortalidade. Seu destino moral será servir, acima de tudo, ao Grande Ser, a humanidade.

Comte concilia, assim, o fetichismo com o positivismo, o Estado teológico-fictício com o Estado positivo-científico, para explicar o Grande Ser, pois entende que é só no fetichismo individual ou coletivo, onde há uma expansão ingênua do sentimento, que se realiza a verdadeira identificação entre o homem e a humanidade. Deste modo, tenta assegurar a plenitude da unidade religiosa.

Embora Augusto Comte, contrário à teologia e à metafísica, que considerava meras construções ilusórias, pregasse que o catolicismo era anti-social e que seria irrevogavelmente eliminado pelo positivismo, ele não esconde suas propensões simpáticas por esta religião, pois se lhe apresentava como a obra-prima da hierarquia e da compreensão das necessidades espirituais do homem. Assim, tomou a como modelo, mas lhe negou o direito de pretender conduzir a humanidade.

É assim que vemos no positivismo, como no catolicismo, a veneração de "santos padroeiros", isto é, (p. 31) os sábios do passado, os grandes religiosos, os heróis ilustres, cuja recordação e exemplo são sempre exaltados; a veneração de almas que são "particularmente próximas", como a mãe, as irmãs, as filhas, que Comte chama de "anjos da guarda". O positivista religioso sente-se, assim, rodeado de "almas amadas", algumas simplesmente protetoras, outras amantes e auxiliares. É a "comunhão dos santos" positivista.

Em torno desses "santos padroeiros", de "anjos da guarda"; de "almas amigas", que são uma parte do Grande Ser, a religião da humanidade reservou um lugar à sua padroeira suprema, para a mulher-tipo, para a "intercessora privilegiada entre os homens e a humanidade divinizada": Clotilde de Vaux, a Virgem-Mãe.

Destarte, Clotilde - que não era virgem e nem se tornou mãe - passou a concretizar a figura perfeita da humanidade. .

No positivismo, portanto, a humanidade, filha dos homens, que nasceram eles próprios dela, representa exatamente a Virgem-Mãe, que é personificada pela figura de Clotilde de Vaux.

Para o positivismo a humanidade é formada só de homens. Quanto à mulher, Comte julgou-a condenada à inferioridade pelas leis irrevogáveis da natureza. Estava tão convencido da superioridade do homem, que julgava que o marido deveria alimentar a esposa. E ele mesmo (p. 32) assim o fez, depois de separar-se de Carolina Massin, apesar de considerá-la indigna e de não dispor de recursos suficientes para sustentá-la.

Contudo, embora as mulheres sejam excluídas da humanidade divinizada, não são excluídas da sociedade positivista. Elas não participam da sua atividade, porém cada uma é a inspiradora de cada um dos seus membros. As mulheres, segundo Comte, são o sustentáculo das Providências Sociais, pois seu concurso é indispensável para o advento do positivismo. Elas têm uma "função moderadora" e uma única missão: a de amar.

As Providências Sociais, segundo Comte, são o sacerdócio ou a Providência Intelectual, o patriciado ou a Providência Material, e o proletariado ou a Providência Geral. A mulher é a Providência Moral que sustenta todas as demais Providências.

Segundo Augusto Comte, a força geral de qualquer sociedade é o proletariado, que forma a opinião pública que se liga à força espiritual do sacerdócio.

A classe mais importante no Estado positivista é a dos sacerdotes, que não são teólogos, mas sociólogos. São os intérpretes das doutrinas sócio-religiosas do positivismo, por isso distinguem-se pela coragem, perseverança e prudência.

No sacerdócio há três estágios: os aspirantes, de pelo menos 28 anos, porque é preciso chegar a essa idade para possuir a cultura enciclopédica (p. 33) exigida por Comte; os vigários ou suplentes, de pelo menos 35 anos, irrevogavelmente incorporados ao sacerdócio, que permanecem nas funções de ensino; e os sacerdotes propriamente ditos, cuja idade não pode ser inferior a 42 anos, os quais são investidos da confiança do sumo sacerdote da humanidade, e penetrados de sua doutrina. Podem preencher, nas famílias e nas cidades, o tríplice ofício de conselheiro, de consagrador e de regulador, que caracteriza socialmente o clero positivista.

Os sacerdotes não devem possuir qualquer parcela de poder temporal, pois foi a mescla do espiritual com o temporal - segundo Comte - o grande erro da Antigüidade, e a grande contribuição do cristianismo foi separá-lo. Assim, os sacerdotes podem sugerir ações ao braço secular da lei, mas não empreendê-las sob a sua própria responsabilidade e iniciativa. Esta classe é sustentada pela classe ativa, mediante livres subsídios dos crentes positivistas, depois por intermédio do tesouro público, "quando a fé tornar-se unânime". O casamento é obrigatório para eles, pois o sacerdócio, de acordo com Comte, não pode ser dignamente preenchido sem a influência contínua da mulher sobre o homem.

O patriciado é a classe detentora do poder temporal. É a classe que possui capacidade industrial em suas diversas subdivisões: banqueiros, comerciantes, fabricantes e agricultores, colocados em escala hierárquica. (p. 34) Assim, nesta sociedade os banqueiros são os que possuem maior autoridade, porém são orientados pelos sacerdotes, a fim de que não fujam de suas responsabilidades sociais. Comte queria com isso garantir a justiça social. O patriciado é, assim, composto de empresários, que têm na sociedade positivista o mesmo papel que os papas reservavam à nobreza feudal.

O sumo sacerdote da humanidade (papa) delega igualmente ao patriciado a conduta material do mundo sob condição de obediência à direção do sacerdócio. De modo que o cidadão não é livre para julgar o comportamento político-social do patriciado, porém deve confiar plenamente nas exortações morais que os sacerdotes dirigem a esta nobreza nova, que por sua vez se sujeita a uma voluntária submissão à orientação deles. Daí o aspecto central da filosofia comtiana: a substituição dos direitos pelos deveres.

Reconhece o próprio Comte que a religião da humanidade propõe um regime severo, demasiado antipático aos espíritos para que possa prevalecer sem o apoio das mulheres e do proletariado. Daí insistir na necessidade do concurso do proletariado para o desenvolvimento do positivismo. Contudo, Comte os coloca no extremo inferior da escala social, em razão de sua "incompetência para decidirem as questões sociais". (p. 35)

Quanto ao culto da humanidade, também ele é abstrato e concreto, conforme considere a existência mesma do Grande Ser: o agente de sua evolução. Assim, há dois tipos característicos de culto na religião positiva, endereçados, sobretudo, à mulher e à humanidade: o culto privado, que se compõe de duas partes distintas: uma pessoal e outra doméstica; e o público, realizado na igreja positivista.

Toda oração - quer privada quer pública - é no positivismo uma verdadeira obra de arte, pois é a originalidade poética que Augusto Comte propõe para as orações da religião da humanidade. Mas, é, sobretudo, da prática assídua do culto privado que se há de distinguir os verdadeiros positivistas.

Há nove sacramentos na religião da humanidade: Apresentação, quando a família apresenta solenemente o recém-nascido que ela vota ao serviço do Grande Ser; Iniciação, quando a criança, com 14 anos, passa da educação materna à instrução sacerdotal; Admissão, aos 21 anos, que o autoriza a servir livremente à humanidade, da qual até então ele tudo recebeu sem lhe retribuir nada. O quarto sacramento social, que vem aos 28 anos, "salvo pedido ou prescrição de adiamento", é a Destinação, quando os sacerdotes outorgam a cada indivíduo a investidura do seu ofício especial.

O sacramento do Casamento é o seguinte, e é obrigatório, pois o positivismo condena o celibato, (p. 36) ao mesmo tempo que declara a indissolubilidade do casamento, mesmo que morra um dos cônjuges, o que mostra que a viuvez é eterna, para, ele.

Os dois outros sacramentos são: a Maturidade e o Retiro. O primeiro quando, aos 42 anos, o homem entra em plena posse das suas forças físicas e mentais. O sacerdócio lhe concede 21 anos para realizar o seu destino. Expirado esse tempo, o homem terá percorrido na terra nove estágios de sete anos cada um. Terá então 63 anos. O sacerdócio elimina-lo-á da humanidade ativa, e lhe dará o direito ao repouso, pelo sacramento do Retiro.

Há ainda a Transformação, que é uma espécie de extrema-unção, uma purificação e um viático, que . tem por fim facilitar a Incorporação, que é a recompensa do fiel positivista. A Incorporação, na humanidade, é composta somente de "mortos dignos de sobreviver". Esta possibilidade de sobreviver é submetida pelo sacerdócio a um exame que dura sete anos. Quatro anos após a morte do positivista é dada uma decisão preparatória, que permite prejudicar da decisão final. Passado um novo prazo de três anos, durante os quais o inquérito termina, o sacerdócio dá a sua decisão irrevogável. Se é favorável, o clero procede à translação solene dos restos mortais do positivista, do cemitério ordinário ao "bosque sagrado", que deve rodear cada Templo da Humanidade. (p. 37) Esses sacramentos, contudo, são facultativos.

Comte, preocupado ainda com a severidade de suas prescrições, propõe que o sacerdócio deverá, sendo preciso, solicitar junto ao governo a instituição das regras legais destinadas a temperar a severidade das prescrições religiosas, cuja observância é livre.

Como se vê, o positivismo frente à ciência e à religião não nega nem afirma senão aquilo que é possível negar ou afirmar, isto é, aquilo que cabe debaixo da experiência e da observação.

Destarte, Augusto Comte irá fazer a síntese da ciência e da religião, construída a partir do conceito de humanidade. A ciência, vinculada às necessidades do homem, fornece os meios para se chegar à religião, que assegura a realização de seus fins.

Em outros termos, Comte, encontrando na humanidade, personificada por Clotilde de Vaux, o objeto de seu culto, apóia-se na religião, que irá realizar sua obra, sem sair contudo do mundo real em que se move a ciência.

A religião positivista, portanto, como a ciência positivista, parte do concreto para o concreto, e não do abstrato para o concreto, para fornecer os princípios da regeneração das sociedades.

Abraçando ao mesmo tempo a ciência, a filosofia, a política, a religião e a poesia, e desprezando as especulações teológicas e metafísicas incapazes de melhorar a existência humana, pois as regras da felicidade (38) humana são feitas pelo e para o homem, o positivismo, pela noção de humanidade, que sistematiza os fatos sociais, preocupa-se, principalmente e sobretudo, em dispor o homem a "viver para outrem".

Não obstante, tanto a ciência como a religião se vêem oprimidas neste sistema político-religioso.

A ciência é embaraçada pela religião, e esta é constrangida pela ciência. A religião não é permitida qualquer indagação, cuja utilidade social não seja evidente, não lhe sendo permitido que ultrapasse os limites da vida prática: nada de metafísica.

Lateralmente, a ciência deve sujeitar-se ao sentimento, à subjetividade; porquanto o importante para Comte é estabelecer o valor moral da ciência, a fim de demonstrar a relação lógica existente entre ela e a religião.

O culto à humanidade, instituído por Augusto Comte, não se confunde com aquele que os católicos dirigem a Deus. Nem era possível, já que ele declara que não há provas da existência de Deus, e que a humanidade é um ente real e demonstrável.

Mas podemos qualificar esta doutrina de atéia e materialista?

O dogma essencial do positivismo pode ser formulado da seguinte maneira: há coisas que o homem pode conhecer, e há outras que jamais conhecerá.

O que é possível conhecer são unicamente os fenômenos e as suas relações, não a sua essência, (p. 39) as suas causas íntimas, quer eficientes, quer finais.

E impossível alcançar noções absolutas, pois "tudo é relativo". E não é por um raciocínio mais ou menos bem encadeado que se chega a esta conclusão de que Comte fez um dogma; é pelo método experimental, que estabelece um limite para cada categoria de fenômenos. Há um limite em que os fatos se tornam inacessíveis à experimentação; a partir dele, penetra-se na metafísica, ou melhor, na espiritualidade, onde se movem as idéias de Deus, da alma e da imortalidade.

O positivismo não ultrapassa esse limite: põe de parte a questão de Deus como manifestadamente insolúvel, não deixando, contudo, de notar que aqueles que admitem um Ser Supremo devem renunciar à idéia de ver no governo do mundo qualquer coisa que se assemelhe às idéias positivistas de ordem, de justiça e de bondade, pois, para Comte, a moral cósmica, se existe, é diferente da moral humana.

Assim, sem se preocupar se existe ou não Deus, com o qual se possam comunicar as almas, inclinando-as a se harmonizarem entre si, para afinal se reunirem Nele, a religião

positivista satisfaz à necessidade do homem por um Deus, através de um objeto real e acessível: a humanidade, entendida como a comunhão de todos os homens em uma continuidade e uma solidariedade no tempo.

Em suma, o positivismo se preocupou em guardar o conteúdo da moral cristã sobre o amor ao (p. 40) próximo, eliminando a concepção do mundo que lhe serve de base, e construindo sobre ela o altruísmo, como fundamento de todos os deveres particulares.

Daí Comte afirmar que "nós não diferimos dos católicos senão em que a nossa unidade se refere à humanidade, ao passo que a deles se refere a Deus" (carta de A. Comte a seu pai). Não há dúvida de que a religião positivista, não renegando os valores espirituais da vida, é sedutora na aparência, com sua máxima cristã "Viver para outrem"; contudo, não nos devemos esquecer dos aspectos reacionários do pensamento de Comte. Assim, a conclusão a que se chega é de que a questão das relações entre a moral e a religião em Comte foi precipitadamente resolvida.

Como conciliar o princípio do amor, advindo da moral altruísta "Viver para outrem", com o autoritarismo dogmático e a disciplina despótica da Religião da Humanidade?

Na doutrina positivista, como vimos, os deveres para com os outros prevalecem como altruísmo, pois ela concebe a dignidade humana como superioridade moral que se adquire procurando o bem alheio; porém, assim procedendo, ela faz do amor um dever: ordena aos homens amarem-se na humanidade.

O que a religião positivista propõe, portanto, não é o devotamento a outros homens - o amar uns aos (p. 41) outros -, mas sim o devotamento a um fim superior a qualquer individualidade: o Grande Ser, a humanidade, entendida como a sucessão das gerações, como uma coleção de individualidade.

Embora seu programa consista em formar uma consciência moral e social, que inspire os idealismos humanos, nacionais e sociais contra os impulsos egoístas e superstições retrógradas, não há como negar que a religião da humanidade é triste e tirânica, "severa e árdua" na expressão de Littré, pois os atos da vida são estreitamente regulados e toda liberdade moral severamente reprimida, pois que é incompatível com a ordem social. Mas, como se sabe, Littré foi um dissidente do positivismo; assim, os positivistas ortodoxos entendem, ao contrário, que a Religião da Humanidade não é despótica, pois baseia-se no desenvolvimento da Fraternidade entre todo o gênero humano e somente prevalecera pela livre e fraterna sujeição dos corações e das inteligências. Não existe qualquer autoritarismo pois só poderá ser livremente aceita. No positivismo ortodoxo há necessariamente uma separação entre o poder que aconselha (o sacerdócio) e o poder que dirige a parte material

(governo político). Logo, não pode haver despotismo numa religião em que o sacerdócio apenas aconselha e não manda. É uma religião que tem um culto baseado na veneração pelo passado, usando todas as belas artes para embelezar e elevar o ser humano.

DO POSITIVISMO AO EVOLUCIONISMO SOCIAL

Sistematizando o ideal burguês de repulsa às especulações do romantismo e do idealismo filosófico, a obra comtiana é apreendida e ampliada em seus pontos básicos.

Assim, o positivismo é seguido por duas escolas: a francesa, de Littré e Taine, e a inglesa, de Spencer e Stuart Mill.

O pensamento político-social passa a sofrer marcante influência da biologia. Discute-se a sociedade em função de analogias biológicas, isto é, a sociedade é comparada, em estrutura e funções, à vida orgânica.

A sociedade passa a ser encarada como produto orgânico, e se concebe para o Estado esta mesma natureza, seja como órgão dentro da estrutura social, seja como a estrutura social sob um aspecto particular. (p. 43)

É sob a influência dessa visão organicista do Estado, somada ao individualismo liberal predominante em seu tempo, que Herbert Spencer (nascido em 1820 e falecido em 1903) irá lançar as bases do Evolucionismo social, através de suas obras fundamentais: Princípios de sociologia, em três volumes (1853-1896), Primeiros princípios (1860-1862), Estática social (1851) e O Homem contra o Estado (1884).

Nas duas primeiras obras, Spencer apresenta detalhada descrição histórica das instituições sociais e os princípios do evolucionismo social. A partir da publicação de Estática social, Spencer começa a advogar o individualismo extremo, que irá florescer plenamente em O Homem contra o Estado. Esta obra representa uma das declarações mais positivistas que já se fizeram sobre a doutrina do laissez-faire extremado.

Herbert Spencer é, antes de tudo, um agnóstico.

Sua doutrina consiste numa sistemática e voluntária ignorância de tudo o que é sobre-sensível. Quando verificou que Kant considerava o tempo e o espaço como percepções dos sentidos e não coisas objetivas, classificou-o de idiota.

Para explicar seu ponto de vista, Spencer parte do seguinte princípio evolutivo: "A evolução é uma integração de matéria e uma concomitante dissipação de movimento, durante a qual a matéria passa (p. 44) de uma homogeneidade indefinida e incoerente para uma heterogeneidade definida e coerente; e durante a qual o movimento conservado é passível de uma transformação paralela" (Primeiros princípios, Secção 111, § 145).

A Evolução spenceriana repousa, assim, em três proposições fundamentais: instabilidade do homogêneo, multiplicação dos efeitos e segregação pelo movimento. Desses postulados seguem outros quatro: persistência das relações entre as forças, ou uniformidade da lei; transformação e equivalência das forças, isto é, que estas não se perdem, mas se transformam; movimento pelo caminho da menor resistência ou de maior atração; e o ritmo alternante do movimento.

Deste modo, negando validade à lei dos três estados comtiana, mas aceitando sua teoria da evolução da sociedade, Spencer estabelece que o desenvolvimento de um organismo individual e de um organismo social consiste em um progresso que vai da simplicidade à complexidade, de partes semelhantes independentes a partes dissemelhantes, dependentes mutuamente.

Partindo do estudo das classes, ordens e famílias mais importantes do mundo animal e vegetal, à luz das últimas descobertas realizadas pelos fisiologistas como Harvey, Wolf e von Baer, e remontando aos seres e aos fenômenos superorgânicos, Spencer (p.45) toma o fenômeno social em suas mais tênues concretizações, manifestadas nos primeiros agregados sociais, que se formaram entre os povos históricos, para constatar a existência de uma vida social sem formas definidas, sem divisão de classes, sem divisão de trabalho, havendo apenas, em muitos deles, a diferenciação pelo sexo, sem separação alguma nas funções da vida entre dirigentes e dirigidos.

Assim, seguindo ascendentemente a escala dos povos na ordem do tempo e do desenvolvimento até chegar às nações contemporâneas, às sociedades civilizadas, Spencer verifica uma existência social completamente diferenciada pela profunda especialização das funções, uma vida complicada de mil maneiras, dirigida por uma vasta regulamentação, por um sem-número de instituições perfeitamente definidas e coerentes, combinadas todas, embora muito diferentes entre si, para um resultado comum a que todas aspiram, para o resultado da coordenação das ações dos indivíduos e, portanto, para a harmonia da vida em sociedade.

Conforme a lei da evolução, que apresenta três fases evolutivas - a inorgânica, a orgânica e a superorgânica - os primeiros agregados sociais, segundo Spencer, exprimem um estado social homogêneo, confuso, indefinido, sem coerência, ao passo que, quanto mais se vão desenvolvendo, eles vão passando para um estado cada vez (p. 46) mais heterogêneo, mais definido, mais coerente e mais complexo.

Aplicando esse princípio ao desenvolvimento da sociedade em geral, Spencer considera o Estado um órgão integrador e a sociedade, um organismo, sujeitos às mesmas leis

dos organismos dos corpos vivos. A sociedade, como um todo, é considerada separadamente de unidades vivas, apresentando, assim, fenômenos de desenvolvimento, estrutura e função análogos aos do crescimento, estrutura e função num animal, e que estas últimas são as chaves necessárias para a primeira:

Para Herbert Spencer, são seis as semelhanças fundamentais e três as diferenças mais importantes entre sociedade e organismo animal.

Assemelham-se, em primeiro lugar, porque ambos se distinguem da matéria inorgânica por um aumento de massa e um crescimento visível durante uma grande parte da sua existência; segundo, porque ambos aumentam em tamanho, em complexidade e em estrutura; terceiro, porque existe em ambos uma semelhante diferenciação de funções, devido à progressiva diferenciação da estrutura; quarto, porque a evolução estabelece nos organismos animais e sociais diferenças claramente conexas que se tornam reciprocamente possíveis; quinto, porque a analogia entre uma sociedade e um organismo é ainda mais evidente quando se reconhece (p. 47) que todo organismo é, por sua vez, uma sociedade; e sexto, porque, quer na sociedade quer no organismo, a vida do todo pode destruir-se e as unidades continuarem ainda a viver, pelo menos por algum tempo.

Por outro lado, eles se diferem porque as partes componentes de um organismo individual formam um todo concreto e as unidades viventes estão ligadas em contato íntimo, enquanto que no organismo social as partes componentes formam um todo discreto e as unidades viventes estão separadas e mais ou menos dispersas.

Além disso, e até mais fundamental para Spencer, é que existe uma diferenciação de funções no organismo individual: algumas partes se convertem na sede do sentir e do pensar e outras são praticamente insensíveis, ao passo que no organismo social não existe tal diferenciação. .

Finalmente, como resultado desta segunda diferença, observa-se que, enquanto no organismo as unidades existem para o bem do todo, na sociedade o todo existe para o bem dos membros individuais.

O Estado, portanto, para Spencer não é somente um organismo, mas um organismo que evolui. De estado militar, autoritário, ele evolui para o estado industrial, civil e liberal, dominado pela lei e não pela arbitrariedade dos governantes. (p. 48)

As sociedades militares exigem uma disciplina que implica a obediência cega do indivíduo para o bem da coletividade, enquanto as sociedades industriais se colocam a serviço do indivíduo e de sua liberdade.

O progresso da civilização, segundo Spencer, não depende exclusivamente da direção dada pelos homens superiores (os sacerdotes-sociólogos de Comte); é, antes, um produto natural do meio social, onde, do debate dos interesses, das idéias presentes, como das tradições do passado, enfim, de um conjunto de múltiplos fatores sociais, corroborados pelas esperanças e pela Confiança no esforço individual, resulta a evolução progressiva, pela qual cada personalidade se torna autônoma, concorrendo, ao mesmo tempo, para a perfectibilidade geral de todos e de cada um.

E o governo, nesta sociedade, só tem por fim impedir o excesso do egoísmo, pois sua ação deve estar na razão inversa do progresso social. É simples protetor e não promotor de interesses. É um mal necessário que, no futuro, poderá ser eliminado pelo completo desenvolvimento moral dos indivíduos, reduzindo, assim, a proteção governamental a um mínimo e a liberdade individual a um máximo. A natureza humana estará, desta forma, bem disposta para a disciplina social, bem apropriada à vida em (p. 49) sociedade, que não terá mais necessidade de coerção exterior, pois ela mesma se coibirá.

Com esta ótica, Herbert Spencer combina a concepção biológica da sociedade com o princípio utilitário da maior felicidade e a doutrina dos direitos naturais, para defesa do individualismo liberal.

Aplicando o laissez-faire liberal tanto no domínio sócio-político, como no econômico, Spencer entende que o Estado - que não contém em si mesmo uma personalidade com vida própria, como pensava os idealistas - deve limitar a sua atividade ao cumprimento das funções essenciais, como a defesa contra agressões externas para manter a paz e a ordem, e a prevenção de arbitrariedade contra os indivíduos, proporcionando-lhes proteção e segurança. Para Spencer, portanto, qualquer expansão da autoridade do Estado representa um obstáculo para a evolução natural e embaraça a diferenciação da estrutura social, que as exigências do progresso impõem.

Insurgindo-se contra a preponderância do Estado, Spencer afirma que uma sociedade pode ser julgada na proporção em que o constrangimento exercido sobre os cidadãos, em nome da lei humana, for menor do que a obediência voluntária à lei da igualdade na liberdade. (p. 50)

Se a lei moral não tem poder suficiente sobre os homens, o constrangimento a substitui; mas também, quando a lei moral se torna forte, deve desaparecer a coerção; então o governo se torna não só inútil, mas um mal, e os homens sentem tal aversão pelos entraves da autoridade, mostram-se tão ciosos dos seus direitos, que se torna impossível qualquer governo.

Destarte, como todo organismo que passa da homogeneidade indefinida, confusa e indistinta para a heterogeneidade definida, coordenada e distinta, na sociedade há equilíbrio e interdependência entre suas partes. E quem a governa é uma lei geral da evolução, que não depende da vontade humana, mas é determinada pelas ações externas e pela natureza dos indivíduos, e cujo objetivo é o próprio equilíbrio. Equilíbrio que irá determinar o dever ser da sociedade ideal.

Mas, como é necessária uma regra de conduta para o indivíduo vivendo em sociedade, Spencer, alegando que a velha moral, à qual se atribuía uma suposta origem divina, perdeu toda a sua autoridade, porque era demasiado severa e não se acomodava às modernas exigências da humanidade, propõe a moral positivista que, prescindindo de um legislador supremo, fosse mais fácil e indulgente.

Uma ética absoluta que representasse a forma limite do progresso da moralidade. (p. 51)

Neste intuito, embasado na psicologia e no darwinismo aplicado à moral, Spencer apresenta três princípios, por meio dos quais o homem chega a possuir os sentimentos de moralidade e a idéia do bem e do mal: o princípio do interesse pessoal, o do instinto social e o da hereditariedade.

Assim, acompanhando Augusto Comte, quando afirma que a moral se funda no egoísmo e no altruísmo, Spencer entende que do egoísmo nasceu, necessária e fatalmente, o altruísmo, com todas as suas modalidades mais elevadas.

Mas o altruísmo não só nasce do egoísmo, como também se robustece com ele, até que o vence ou parece vencer; a vitória do altruísmo é igualmente a do egoísmo, pois, segundo Spencer, o bem da comunidade é o bem de cada indivíduo.

O egoísmo e o altruísmo harmonizar-se-ão numa sociedade futura para a qual tendemos, porquanto são co-essenciais, e formarão o ego-altruísmo. Do seu perfeito acordo dependerá a felicidade da humanidade ideal, que a humanidade presente, com sua ética relativa, está preparando. Deste modo a moralidade, se tem o seu começo no interesse pessoal, tem o seu complemento no instinto social.

O altruísmo representa assim a mais perfeita adaptação dos indivíduos ao ambiente social, em que tudo é solidário. Este sentimento, transmitindo-se por meio das leis de hereditariedade, sob forma (p.52) de modificações orgânicas, irá aperfeiçoar-se cada vez mais, realizando-se, desta forma, o progresso da moralidade pública e individual, que é determinado pelo progresso da adaptação da vida humana às suas leis constitutivas.

Como vimos, para Herbert Spencer existem três mundos distintos: o mundo inorgânico (sistema celeste, minerais etc.), o mundo orgânico (vegetais, animais etc.) e o mundo superorgânico (o homem, as sociedades etc.). Dessa forma, a moral, e também o direito, que derivam diretamente da natureza das coisas, pertencem ao "mundo superorgânico" e são governados pela lei universal da evolução.

Enquanto Augusto Comte nega a própria existência do direito como tal, Spencer entende que o direito nasce e se desenvolve a partir das propriedades intrínsecas do indivíduo, restabelecendo, assim, a doutrina do direito natural.

Para ele, o direito, destinado a organizar as funções da sociedade, segue do começo ao fim uma marcha constante e invariável, no meio de obstáculos, com as diferenças específicas que caracterizam cada povo.

Assim, sua idéia de justiça contém dois elementos: um positivo e um negativo. O positivo é o reconhecimento do direito que todo homem tem à sua livre atividade e às vantagens que dela resultam: o negativo é o reconhecimento dos limites impostos (p. 53) pela presença de outros homens, gozando de direitos análogos. Daí a fórmula: "Cada um pode fazer o que quiser, contanto que não lese a liberdade dos outros."

* * *

Comparando o positivismo com o evolucionismo, em resumo, constatamos serem muitos os pontos de contato entre ambos, especialmente a aspiração à síntese em uma só lei universal.

Contudo, enquanto na sociedade de Augusto.

Comte o governo é necessário e essencial, porquanto dele dependem o funcionamento e a divisão das funções, cristalizando-se numa ditadura, em seus esforços a uma adequada organização social, que será completada por uma nova religião, na de Herbert Spencer o governo é um mal necessário, mas provisório, cujo papel fica reduzido ao mínimo, aumentando a liberdade e o individualismo; pois o governo não é nada por si mesmo e só representa algo enquanto compreende os indivíduos que o integram.

Estas teses políticas conflitantes, entretanto, não impedem que a doutrina da evolução social se apresente como doutrina essencialmente positiva, tanto por seu método como por seu conteúdo. (p. 54)

Desse modo, quer se adote o ponto de vista de Spencer ou o de Comte, a filosofia permanece como sistema de explicação positiva do universo em oposição a toda uma metafísica.

Por isso é que foi possível a alguns ideólogos republicanos brasileiros combinarem Augusto Comte e Herbert Spencer para construírem suas teorias políticas, segundo o puro método científico, sobre o fundamento das realidades da experiência.

Em política o que se busca são os resultados.

Destarte, se as doutrinas são irreconciliáveis do ponto de vista lógico, na práxis elas podem conduzir a um mesmo resultado.

O POSITIVISMO NO BRASIL

Olhando para as coisas em conjunto, o movimento positivista, que se pretendeu inovador, impregnou todo o ambiente cultural do século XIX, universalizando a experiência e resolvendo nela toda a realidade.

O positivismo vinha de expor de maneira sistematizada a confiança da burguesia em seu próprio impulso transformador de estruturas.

Mas, enquanto na Europa o positivismo servia para justificar as novas atitudes da burguesia em sua fé no progresso retilíneo da humanidade, nas Américas se apresenta de maneira diversa daquela como era compreendido no continente europeu, trazendo em seu bojo um acentuado caráter político. É assim que no Brasil, galvanizando as aspirações revolucionárias da classe média urbana, assenta suas (p. 56) bases nas cidades e sobretudo nas Academias de Direito, na pretensão de se criar e definir uma nova consciência da realidade nacional, frente à ordem político-social dominante.

No Brasil, o liberalismo, como doutrina clássica do individualismo político e econômico com sua ênfase no racionalismo, na lei natural, na igualdade, na liberdade e na democracia, sofria também uma revisão em seus fundamentos. De um lado, apareciam os liberais românticos da escola do direito natural, empenhados em deduzir o Estado e o direito de certa maneira imutável do homem; e de outro, os cientificistas, inspirados nas conquistas das ciências positivas.

Porém, as condições econômicas, sociais e políticas não são as mesmas da Europa. Aqui, a expansão da cafeicultura determinou as transformações na sociedade, ensejando que a oligarquia rural alcançasse sua hegemonia sobre o Estado.

O Império cumpria sua missão história, mantendo a unidade nacional, assentado num romantismo político, cujo fundamento ideológico vinha das doutrinas políticas do escritor francês Benjamin Constant, o festejado autor de Adolphe. Benjamin Constant era partidário da soberania popular e considerava a vontade geral superior à vontade individual do monarca;

contudo, repudiava a autoridade absoluta e ilimitada do povo. Para ele, os ministros (p. 57) constituem o poder executivo, e são responsáveis perante o rei, que representa um poder neutro - o poder moderador, tendo a seu cargo a defesa do equilíbrio governamental.

O romantismo - com suas cogitações morais, sua religiosidade, sua interpretação do ser individual, sua visão nacionalista -, coincidindo com o momento decisivo da definição da nossa nacionalidade, traduzia as alterações de uma sociedade em que novos fatores surgiam e velhos fatores mudavam de sentido e força.

Para a intelectualidade de então, pertencente à aristocracia dominante, que dava as normas e traçava os rumos, havia uma zona em que a literatura confinava com a política, sem que as separasse uma linha muito nítida. As reflexões sobre o homem e a sociedade traziam, assim, indelevelmente, a marca da visão romântica da vida.

A filosofia romântica, negligenciando a diversidade do real, caracterizava-se pelo historicismo e pela atividade criadora do espírito, numa reação contra a filosofia iluminista da razão, impregnando de espiritualismo, ontologismo e idealismo todo o pensamento europeu e, conseqüentemente, por importação, o brasileiro.

Entretanto, a vida espiritual do século XIX começava a ser abalada pelo naturalismo cientificista. (p. 58)

Neste novo contexto, as velhas instituições já não correspondiam às aspirações do século e a filosofia do romantismo já não satisfazia os espíritos.

E o Brasil modernizava-se sob a égide das atividades financeiras.

Contudo, na década de 1850, no quadro econômico, iniciava-se a drenagem do ouro das praças brasileiras. A crise externa, com a conversibilidade do metal, irá provocar uma crise interna. Há uma restrição das exportações dos gêneros coloniais e se elevam os preços dos gêneros de primeira necessidade.

E os bancos, que haviam imobilizado seus recursos em negócios de ações, não conseguindo enfrentar a nova situação, provocam uma corrida financeira.

A retração súbita do crédito, para enfrentar o reembolso das notas do Banco do Brasil, culminará em inúmeras falências. Só no Rio de Janeiro houve . quarenta e nove falências, ascendendo sempre nos anos seguintes.

Com essa apropriação da renda nacional pelo exterior a economia nacional irá sofrer forte abalo, que se estenderá além de 1864, quando se repetirá o pânico.

Esse quadro era agravado pelo problema da mão-de-obra escassa e pelas epidemias de varíola e de cólera, que flagelavam as províncias. (p. 59)

No ambiente político, alternavam-se no poder o Partido Liberal e o Conservador, face ao sistema de governo criado pela Constituição imperial de 1824.

Tanto um como outro não tinham nenhuma significação ideológica, caracterizando-se pela ausência de fixações doutrinárias. O Conservador defendia a ordem constitucional vigente, o Liberal, a abolição do poder pessoal e a descentralização, mas aceitavam ambos a concepção liberal do Estado, cujo princípio axiomático era: o mínimo de governo e o máximo de iniciativa.

Como ambos estavam sob o comando da aristocracia rural, que submetia o resto da população ao seu domínio, as divergências políticas entre eles eram atenuadas, pois o que se tinha em vista era assegurar a posição da classe dominante que, promovendo a paz indispensável ao progresso, garantia o conservantismo das instituições.

Esse estado de coisas favoreceu a conciliação que durou quase dez anos, coincidindo com o surto econômico, e que visava à acomodação para salvar a unidade e a integridade do país. A nova Câmara se formou, assim, em um ambiente favorável ao entendimento das correntes, contando, inclusive, com o decidido apoio do imperador.

Todavia, o povo, que os chefes políticos levavam aos comícios, permanecia indiferente aos sucessos políticos dos dois partidos tradicionais. (p. 60)

De qualquer maneira, este período foi o de predomínio do Partido Conservador, que zelava pela manutenção do status quo, através de uma política administrativa de realização em conjunto, evitando a prática da oposição.

A mentalidade conservadora convertia, assim, todos os problemas políticos em questões administrativas, o que lhe assegurava um completo monopólio em matéria de decisões

Vive-se sob a égide do romantismo. Do triunfo do indivíduo, da liberdade, do lirismo e da melancolia. Do protesto do Sentimento contra a supremacia da Razão.

Exalta-se o indivíduo livre, a comunidade orgânica local e nacional e os impulsos do coração.

E enquanto o "eu" romântico mergulha na evasão, incapaz de resolver seus conflitos com a sociedade, os créditos se arrocham e os metais continuam a emigrar para o exterior, aumentando as falências; e, por outro lado, liberais e conservadores se articulam na disputa pura do poder numa política não sintonizada com a realidade nacional.

É neste contexto que a oligarquia rural, através do processo político, irá tentar estruturar um sistema de relações sociais que lhe permitirá impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio, ou pelo menos, tentar estabelecer alianças ou subordinar os

demais grupos ou classes com o fim (p. 61) de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos.

Coincidindo com essa política econômico-social é ainda o ecletismo que domina o pensamento teórico, como instrumento conceptual para a explicação da realidade, empolgando a inteligência brasileira do Segundo Reinado.

O ambiente histórico era propício ao ecletismo de Victor Cousin, esse sistema a ser aplicado à ciência e à religião como reação ao sensualismo de Locke e Condillac.

Cousin admitia no conhecimento percepções sensíveis e concepções racionais. Reduziu, assim, a quatro todos os sistemas filosóficos: sensualismo, idealismo, ceticismo e misticismo, para acolher destes o que julgou aproveitável.

O conservadorismo tradicionalista nacional encontrava, portanto, no ecletismo o equilíbrio natural para a estabilização do Império.

Ao lado desta corrente dominante, havia um grupo de "reação católica" identificado no tradicionalismo, krausismo, rosminianismo, além do neotomismo, que traduziam os anseios de uma elite espiritualista que se opunha à cultura oficial, então empirista e liberal, senão mesmo espiritualista, mas de um espiritualismo racionalista, indiferente ao cristianismo.(p. 62)

Não obstante, no decênio que se estende 1868 a 1878, esse ideal romântico de vida começa a se romper. Um sintoma de renovação se insinua nas camadas intelectuais, desencantadas com as quimeras liberais da monarquia.

A Ilustração Brasileira, de fundo iluminista e cientificista, inicia seus ataques a Victor Cousin, escudada em nova tendência: o positivismo.

Porém, se Cousin é banido do pensamento da intelectualidade brasileira, sua herança eclética permanece. O pensamento teórico concretiza-se mercê das diversas correntes positivistas, evolucionistas, constitucionalistas (imitadoras do constitucionalismo norte-americano) e da tradição liberal do Império, vinculada ao empirismo e ao utilitarismo inglês. Por volta de 1870, frente ao desafio de um sistema político-institucional que já não atendia aos interesses das camadas privilegiadas, os intelectuais, acompanhando o movimento do espírito humano, se voltam, novamente, para a Europa em busca de novas teorias e hipóteses que, sintetizando a nossa realidade concreta, explicassem-na através de um processo de transformações.

Abre-se, então, um novo período na história do pensamento brasileiro. "Um bando de idéias novas", na expressão de Sílvio Romero, acompanhando o desenvolvimento (p. 63)da

ciência e da tecnologia, começam a impregnar a vida intelectual, determinando um notável progresso do espírito científico.

E o que vemos é uma coexistência de orientações, muitas vezes antagônicas, como o monismo evolucionista de Haeckel e Noire, o materialismo de Buchner e Vogt, o individualismo de Stuart Mill, de Laboulaye e de Lastárria, o positivismo dissidente de Littré e Taine, as concepções políticas e sociais aplicadas à psicologia de Le Bon, o determinismo de Fouyillé e de Buckle, as teorias do governo constitucional de Guizot, o experimentalismo de Leon Donnat, o federalismo de Pi y Margal, as concepções do Estado Nacional de Bluntschli, os programas liberal-democráticos de Tocqueville, os novos métodos de pesquisa sociológica de Lilienfeld, as teorias sociológicas de Roberty.

Mas, os nossos intelectuais também receberam, embora de modo atenuado, a influência dos primeiros socialistas utópicos franceses (Fourier, SaintSimon, Louis Blanc e outros), bem como sentiram a repercussão da revolta comunista ocorrida na Segunda República francesa, do aparecimento do Manifesto comunista de Marx e Engels, da fundação da Primeira Internacional e, ainda, da Comuna parisiense de 1871.

Em suma, os dados teóricos do despotismo esclarecido em voga no século XVIII e os da escola (p. 64) teocrática de princípios do século XIX são corrigidos pelo espírito científico da escola histórica, secundada e desenvolvida pela filosofia positiva.

De modo geral, os intelectuais se vinculam a duas orientações filosóficas principais: o positivismo de Augusto Comte, com sua pretensão de substituir o pensamento abstrato pela razão e pela observação, lançando as bases de uma nova ordem social, ao mesmo tempo que desenvolve a doutrina da religião da humanidade; e a evolucionismo social de Herbert Spencer com seu individualismo extremado, embasado no princípio do progresso contínuo e da evolução social.

O caráter individualista do romantismo sofre uma transformação, e a elite intelectual, numa visão comtista e/ou spenceriana, ou mesmo num amálgama de diversas correntes, onde se visualizam leituras de Kant e Hegel, irá fazer sua reflexão sobre o social, na busca de uma ideologia política adequada às lutas pelo poder da oligarquia rural.

É a reeuropeização que surge na luta entre individualismo e idealismo em nossa evolução histórica; mas trata-se, sobretudo, de uma reeuropeização dos níveis de aspiração das classes dominantes ou de suas elites dirigentes.

Realmente, o que se transfere de imediato são as normas, as instituições e os valores sociais, que irão orientar o comportamento das classes (p. 65) dominantes no ajustamento de seus interesses sócio-econômicos imediatistas.

" Assim, favorecidos pela oligarquia cafeeira, o positivismo e o evolucionismo assentam suas bases nas cidades e permanecem no círculo restrito das camadas letradas.

Contudo, tanto um como outro, minimizando as concepções espiritualistas, e mesmo idealistas ou racionalistas, como' o criticismo kantiano e a dialética hegeliana, entram no Brasil de maneira diversa daquela como eram entendidos e praticados na Europa.

A princípio, o positivismo resultou em uma mentalidade científica generalizadora, alheia às particularidades sul-americanas. Porém, a pouco e pouco, aproveitado como método de trabalho, juntamente com o evolucionismo de Spencer e as idéias democrático-liberais do constitucionalismo norte-americano, servirá de esteio aos que advogam uma república democrática, frutificando-se, assim, em um instrumento teórico a ser utilizado na transformação da realidade concreta.

Alguns anos antes da morte de Augusto Comte (1857) já se encontram positivistas no Brasil, mas são ainda elementos isolados que nenhuma influência exercem sobre a vida política do país, pois se ligavam mais aos problemas científicos relacionados (p. 66) à fisiologia, à física ou à matemática do que propriamente à política, ou mesmo, à literatura social.

A primeira manifestação do positivismo no Brasil verificou-se em 1844, quando o dr. Justiniano da Silva Gomes apresentou à Faculdade de Medicina da Bahia uma tese: Plano e Método de um Curso de Filosofia. Contudo, a primeira manifestação social do positivismo data de 1865, com a publicação da obra de Francisco Antônio Brandão Júnior sobre a escravidão no Brasil, A Escravatura no Brasil, precedida de um artigo sobre a agricultura e colonização no Maranhão.

O positivismo penetra no Brasil já cindido em dois grupos: o de Pierre Laffitte, com sua ortodoxia dogmática da religião da humanidade, seguindo à risca os ensinamentos do mestre de Montpellier, em sua evangelização dos espíritos, na tentativa de mostrar o papel unificador da religião positiva, e o de Paul-Émile Littré, que se afastava da evolução agnóstica para impor a emancipação do espírito, considerando o ateísmo a única religião que convinha a um autêntico positivismo. Esse grupo dissidente desprezava o movimento da religião da humanidade para seguir Augusto Comte apenas em sua metodologia científica de observação, experimentação e comparação, e em sua filosofia política.

Fundamentando-se na solução dos problemas humanos através do método científico, a doutrina de (p. 67)

Comte passa a ser discutida abertamente - repudiando a metafísica improdutiva que desde a Independência caracterizava com sua retórica palavrosa todas as manifestações

intelectuais do país -, não só em Pernambuco, como no Rio de Janeiro, onde pontifica Benjamin Constant Botelho de Magalhães (formado em ciências físicas e matemáticas) na Escola Normal, da qual é fundador, e na Escola Militar, onde ensina à juventude as bases do positivismo.

Muito prestigiado pelos jovens oficiais, Benjamin Constant os conduzirá para o movimento republicano. Esses militares encontraram no positivismo uma justificativa para rechaçar a cultura política imperial, baseada sobre os estudos jurídicos e não sobre as novas ciências naturais e sociais; como também descobriram os instrumentos adequados para formular as exigências de um novo tipo de autoritarismo em defesa dos seus interesses corporativos.

A nossa bandeira, com seu Ordem e Progresso, mostra quanto a doutrina positivista teve aceitação mesmo entre nossos republicanos históricos. (Ao positivismo se deve ainda a reestruturação do ensino, a separação da Igreja do Estado, a liberdade de cultos, a semente da legislação trabalhista.) Deste modo, dominando as consciências das classes privilegiadas, o positivismo irá repercutir intensamente nas escolas, influenciando a mocidade, (p. 68) cuja cultura intelectual era mais literária do que científica. Na época, só os militares, médicos e engenheiros entregavam-se a estudos científicos.

A reação positivista nascida em Pernambuco, impregnada de racionalismo científico, sofre a oposição de Tobias Barreto, que embasado no culturalismo sociológico de Ihering semeia as idéias gerais que irão se constituir na futura Escola de Recife, onde brilharão Sílvio Romero, Clóvis Bevilacqua, Artur Orlando, Martins Júnior, Fausto Cardoso, Tito Lívio de Castro. No Rio de Janeiro, praticamente sozinho, Luís Pereira Barreto preconiza a ciência positiva e dá início a uma nova etapa para a evolução das idéias do positivismo, voltando-se para a realidade nacional. Ali um grupo de pensadores, preocupados pela restauração da ordem social, irá vincular-se aos aspectos religiosos do pensamento de Comte, na tentativa de estabelecer, mais por meios morais do que legais, um despotismo da sociedade sobre o indivíduo, apoiando-se no papel unificador da religião positivista.

É esse positivismo integral - método filosófico e religião da humanidade - que invade as províncias na propaganda doutrinária, sistematicamente organizada por Miguel Lemos e Teixeira Mendes, "convertidos" ao positivismo ortodoxo por Laffitte.

Essa propaganda é exercida sobretudo pelo Apostolado Positivista no Brasil, que se localizava (p. 69) na travessa do Ouvido r, 7, Rio de Janeiro (hoje, na rua Benjamin Constant, 74, Glória) e cujo principal objetivo é a propagação da religião da humanidade pela ação oral e escrita e pelo exemplo: a propaganda positivista não era feita apenas a nível da

intelectualidade. Era divulgada também, só no Rio de Janeiro, por quatro jornais: "A Razão", "O Rebate", "A Crença" e "A Crônica do Império". Mas, mesmo em outros jornais não engajados na campanha de defesa dos ideais de Comte estava presente, como no "O Mequetrefe", dirigido por Aluísio de Azevedo, que também acolhia artigos de Miguel Lemos, e na "Revista do Rio de Janeiro", de nítida orientação positivista, chefiada por Artur de Azevedo. É de se notar que, nessa época, o abolicionista José do Patrocínio revelou-se seguidor das idéias de Augusto Comte.

Miguel Lemos e Teixeira Mendes e outros elementos do Apostolado - preocupados com a ética positivista em seu programa de formar uma consciência moral e social, que desde as bases pudesse ser inspiradora de todos os idealismos humanos, nacionais e sociais - dedicam-se à instituição de culto do Grande Ser, assumindo o compromisso de não se envolverem, politicamente, nos movimentos republicanos, pois entendiam que as leis científicas do progresso cumprir-se-iam fatalmente. (p. 70)

Ademais, em completo antagonismo com os republicanos, que seguiam os princípios democrático-liberais do constitucionalismo norte-americano e as concepções orgânicas do Estado, esses positivistas ortodoxos entendiam, com Augusto Comte, que deveriam "libertar o Ocidente de uma democracia anárquica e de uma aristocracia retrógrada em favor de uma sociocracia".

Declarando que não eram nem democratas nem aristocratas e proclamando que o governo da República devia ser exclusivamente temporal e transitório, mantendo a completa liberdade espiritual, os positivistas do Apostolado se mostravam favoráveis a uma República ditatorial para se efetuar a ordem e o progresso sem perturbações sociais. Por meio dela seria alcançada a incorporação do proletariado à sociedade moderna, bem como haveria a transformação da classe burguesa, dos ontologistas e dos legalistas.

Destarte, o processo republicano não seria democrático riem parlamentar, porém o poder deveria concentrar-se nas mãos de um só homem, o ditador ou presidente da República, cuja ação seria exercida no domínio material, sem intervenção espiritual, e cujo sucessor seria por ele indicado, para dar continuidade e consistência à República, defendendo-a dos aristocratas e burgueses. (p. 71)

Para os positivistas do Apostolado, a ditadura não é tirania, não é autocracia, uma vez que a exerça um governo verdadeiramente republicano. Ditadura, para eles, significa governo em que se concilia o predomínio político da força material, que desconhece a livre supremacia de uma autoridade espiritual independente, com a preocupação exclusiva do bem público.

Entendiam que para se chegar à ditadura bastaria tirar ao parlamento a atribuição legislativa, dando-lhe o caráter de uma assembléia puramente financeira. A República faria essa transmutação com facilidade, porque, segundo esses positivistas, nos parlamentos em geral é o poder executivo que predomina.

A reação contra esse positivismo dogmático e autoritário não se fez esperar. Sua orientação é modificada, transformando-o em uma das forças espirituais decisivas do pensamento brasileiro.

E o positivismo em sua versão spenceriana passa a caracterizar a vida político-cultural. Os chamados positivistas dissidentes, que caminhavam com Littré, em seu desprezo às abstrações metafísicas'. do subjetivismo centrado sobre o "eu" pessoal, esposam, agora, o evolucionismo liberal de Herbert Spencer, com seu marcante individualismo, que se prestava melhor ao ideal de democracia, de evolução sem saltos, de constitucionalismo. (p. 72)

Os dissidentes - que apenas admitiam do positivismo contiano seu método - rompem com o conformismo essencialmente conciliatório da época, para expor, de maneira sistematizada, a confiança da oligarquia cafeeira, que representam, em seu próprio impulso transformador da sociedade.

Para alguns, o positivismo seria simples rótulo para a conduta ideal de oposição à monarquia. Era uma recomendação, como notou José Veríssimo.

E o exemplo típico foi o positivismo que ecoou nas arcadas da Faculdade de Direito de São Paulo, com acentuado criticismo no plano lógico e um republicanismo de aspecto nitidamente revolucionário no plano das realidades político-sociais.

Para outros, o positivismo impunha sua dose de cientificismo, juntamente com o liberalismo e o individualismo inglês, que se compendiam nos livros de Comte, Spencer e Stuart Mill, para só citar os principais representantes. Mas é de Spencer, ou melhor, a partir de Spencer que, empregando fórmulas como organismo social, a instabilidade do homogêneo, a diferenciação e a relatividade do conhecimento, que os teóricos positivistas dissidentes irão esforçar-se para conciliar as doutrinas contemporâneas sobre a ciência política.

Assim, foi muito mais o evolucionismo do que o positivismo - oferecendo os ingredientes ideológicos (p. 73) à classe média urbana, onde lavrava maior descontentamento com o regime, e que tinha meios de traduzir o descontentamento em atos para a "liberalização" do país, para colocá-lo ao nível do século, mostrando as contradições entre os modelos ideais e as formas reais de organização social que exprimiu o conceito de democracia

liberal que concretizava também os ideais políticos da elite dirigente, dentro de um esquema lógico da evolução liberal-democrática, segundo o critério de Spencer.

Democracia liberal era a palavra-chave da época.

O advento, portanto, dos dois pensamentos . positivista e evolucionista - no Brasil, não foi devido simplesmente ao gosto pelas novidades européias.

Porém, foi uma tentativa de adaptar essas idéias novas às coordenadas do pensamento racional, em sua oposição às especulações do romantismo e do idealismo, em que se assentava o Segundo Império.

Realmente, a estrutura colonial remodelava-se, e o positivismo, neste contexto, modernizando o pensamento brasileiro, irá contribuir para o advento de uma nova concepção de valores.

Deste modo, conjugando o comtismo ortodoxo, o positivismo: dissidente de Littré, as generalizações de Spencer com as conquistas liberais do século, os nossos pensadores políticos, impregnados desse espírito positivo, caminham no sentido de uma consciência crítica, numa tentativa de concretização de (p. 74) suas idéias políticas, que refletem a observação direta do modo de ser de sua sociedade.

De um lado, as idéias novas se apresentaram como um instrumento para a renovação do sistema, dando esteio aos intelectuais para construírem a ideologia republicana, numa tentativa de influírem sobre a atividade geral do grupo dominante, proporcionando-lhe homogeneidade e consciência de si mesmo e de sua função nos planos econômico, político, social e cultural.. Por outro lado, essas idéias em nada contribuíram para o progresso que pregavam, devido não só à falta de respaldo popular, como ao enfeudamento cada vez mais estreito da oligarquia cafeeira que, reforçada em seu prestígio e poder, iria manter um sistema político-institucional de dominação sócio-econômica das classes e grupos restantes. É bom notar, contudo, que as preocupações sociais de Comte impregnaram, direta ou indiretamente, a atuação administrativa de Getúlio Vargas, correligionário do positivista riograndense Júlio de Castilhos. A legislação trabalhista, por exemplo, principal preocupação do governo Vargas, foi o desenvolvimento da idéia contida no artigo 74 da Constituição positivista do Rio Grande do Sul, elaborada por Júlio de Castilhos, e que tem conexão com as medidas propostas sobre o assunto por Teixeira Mendes e Benjamin Constant. Por outro lado, a influência do comtismo no Exército só (p. 75) passaria a entrar em declínio depois de 1930, com a reforma introduzida no ensino militar, com a Escola transferida do Realengo para Agulhas Negras, embora o nome de Benjamin Constant continuasse no "Almanaque do Exército" como se vivo ainda fosse, como general em comando e fundador da República.

INDICAÇÕES PARA LEITURA

Infelizmente, as obras capitais de Augusto Comte e de Herbert Spencer ainda não foram traduzidas para o português. Não bastasse isto, são poucas as bibliotecas que as possuem completas. E como são livros raros há uma certa dificuldade para consultá-los.

Um dos maiores acervos sobre o positivismo se encontra na Igreja Positivista do Brasil, localizada no Rio de Janeiro, à rua Benjamin Constant, 74, Glória. No Estado de São Paulo, existe um bom acervo na biblioteca da Faculdade de Direito da USP e no Centro de Ciências, Letras e Artes, da cidade de Campinas.

Há muitas obras em português sobre o positivismo, porém indico apenas aquelas que são facilmente encontradas:

Com os textos de Augusto Comte existem: da coleção Os Pensadores, S. Paulo, Editora Abril, 1973, o volume XXXIII; da coleção Grandes Cientistas Sociais, Comte (sociologia), S. Paulo, Editora Ática, 1978, organizado por Evaristo de Moraes Filho, e o livro de André Vergez e Denis Huisman, História dos filósofos ilustrada pelos textos, Rio, Ed. Freitas Bastos, 1972.

Há ainda traduzidos, de Comte: Opúsculos de filosofia social, Porto Alegre, Ed. Globo/EDUSP, trad. Ivan Uns e João Francisco de Souza, 1972; e Discurso sobre o espírito positivo, Porto Alegre, Ed. Globo/EDUSP, trad. Renato Barbosa Rodrigues Pereira e Ivan Uns, 1976. Política Positiva de Augusto Comte (resumida por António Valença de Mello), Rio, Ed. Civilização Brasileira, 1979.

Sobre o Apostolado Positivista e sobre o positivismo dissidente há uma série de texto selecionados por Antonio Paim em dois livros editados pela Universidade de Brasília, em 1981: O Apostolado Positivista e a República e Plataforma política do positivismo ilustrado. As obras de Herbert Spencer, contudo, não são facilmente encontradas, mesmo em textos selecionados.

Para uma compreensão geral do positivismo no Brasil, pode-se consultar com proveito:

CHACON, Vamirech, História das idéias sociológicas no Brasil, Grijalbo/EDUSP, 1977.

CRUZ COSTA, J., Contribuição à história das idéias no Brasil, Rio, J. Olympio, 1956.

_, Panorama da história da filosofia no Brasil, S. Paulo, Cultrix, 1960.

_, Comte e as Origens do Positivismo, SP, Ind. Graf. S. Magalhães, 1951.

LINS, Ivan, História do positivismo no Brasil, S. Paulo, Ed. Nacional (Brasiliana, 322), 1964.

MACHADO, Geraldo Pinheiro, A filosofia no Brasil, S. Paulo, Ed. Cortez & Moraes, 1976.

MORAIS Filho, Evaristo de, Augusto Comte e o Pensamento Contemporâneo, Rio, Uv. S. José, 1957.

OLIVEIRA TORRES, J. Camilo de, O Positivismo no Brasil, Petrópolis, Ed. Vozes, 1943.

PAIM, António, História das idéias filosóficas no Brasil, S. Paulo, Grijalbo/EDUSP.

_, A filosofia da Escola de Recife, S. Paulo, Ed. Convívio (Col. Ensaio), 1981.

RIBEIRO JÚNIOR, João, Alberto Salles: Trajetória Intelectual e Pensamento Político, SP, Ed. Convívio, 1983.

SOBRE O AUTOR



Nasci em Jundiaí, São Paulo, em 1939. Atualmente, sou professor titular no Instituto de Artes e Comunicações da PUCAMP. Poeta bissexto, publiquei três livros de poesia: *Sob o Signo de Eros* (1980), *Ateliê da Alma* (1981) e *Jornada nas Trevas* (1983). Artista plástico, quando sobra tempo, participei de salões de pintura, com algumas menções honrosas.

Colecionador inveterado de livros e diplomas, sou formado em Direito pela USP e em História e Estudos Sociais pela PUCAMP, onde recebi também o título de Mestre em Filosofia Social. Tenho ainda cursos de especialização no campo do Direito e da História, bem como o título de Doutor em Filosofia da Educação pela UNICAMP.

Tenho publicados além de alguns artigos em revistas, vários livros, entre eles: *O que é Positivismo* (1982), *O que é Magia* (1982), *Alberto Saltes: Trajetória Intelectual e Pensamento Político* (1983), *Grécia Mitológica* (1984), *O que é Nazismo* (1986). Também participei de diversas coletâneas.

Concordo com André Breton quando diz que o homem põe e dispõe. Depende dele só pertencer-se por inteiro.